



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

19/08/2007

Escrivão de Polícia (Prova de Digitação)

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Os três minutos iniciais são reservados à familiarização com o teclado que tem layout de padrão ABNT2 e está ligado no ambiente Word. Para essa finalidade, utilize o documento rascunho do seu PC quando autorizado pelo aplicador de prova.
3. Transcorridos os três minutos, o documento rascunho deve ser fechado. (não salvar)
4. No documento padrão definitivo, deverá ser digitado o seu nome e número de inscrição no espaço apropriado.
5. A prova consiste da digitação de um texto de aproximadamente dois mil caracteres. Será considerado apto o candidato que atingir 100 (cem) toques líquidos por minuto.
6. Aguarde autorização do aplicador de prova para iniciar a digitação, que tem a duração de 5 (cinco) minutos.
7. Após o término do tempo de transcrição do texto, o aplicador fará a impressão do documento definitivo e a coleta de digital. O documento deve ser assinado pelo candidato.
8. O candidato que permanecer digitando após o aviso de encerramento dado pelo aplicador, será eliminado do concurso.
9. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
10. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

CÓDIGO

Mais de 30 anos cuidando de GAIA

Ecologia é um nível superior de pensamento, onde tudo está relacionado com tudo, inclusive com as soluções. Como ciência do inter-relacionamento homem/natureza, ela não pode ser vista apenas como o estudo do meio físico, pois de suas pesquisas e análises depende a compreensão da harmonia entre o homem e o ambiente.

AME – Fundação Mundial de Ecologia, fundada em 1976, lançou a doutrina sócio-ecológica fraternalismo, 1995, registrada no Ministério da Cultura (Fundação Biblioteca Nacional/EDA), sob nº 144921, Livro 2 Fl.482, em 28 de janeiro de 1998. É a única doutrina com registro legal, no Brasil, e também a única que defende os mesmos princípios da Agenda 21 local.

AGENDA 21 LOCAL

Sabemos que o governo municipal, por estar mais próximo ao povo, desempenha papel fundamental na educação, mobilização e atendimento ao público, em favor do desenvolvimento sustentável.

Embora os objetivos da Rio-92 fixassem o ano de 1996 para que os países realizassem consultas ao povo para alcançar um consenso sobre a Agenda 21 local para cada comunidade, pouco (quase nada!) foi feito. Os municípios não consultaram, nem deram início a qualquer fase de consultas sobre como implementar a Agenda 21 local...

Por quê? Ora, estamos no Brasil, e os prazos (como o horário) aqui não são definitivos, mas sempre empurrados com a barriga!

Embora o manual da Agenda 21 tenha especificado a forma de começar a agir, ficamos, como sempre, “no papel”, bem como “no papel das intenções”, pois quem firmou o compromisso da Agenda 21 em nome do Brasil foi Collor, e ele já não governa. O sucessor, na ordem administrativa, pode estar a imaginar que o compromisso foi do ... anterior!

Com isso, danem-se os objetivos da Rio-92, às favas com a Agenda 21 local...

Desenvolvimento Sustentável é a forma harmônica de crescer, sem machucar a natureza e também sem machucar as criaturas que estão na natureza, saibam todos. Quando se fala em Rio-92, muita gente pensa que foi coisa de malucos que só pensam em proteger pássaros, jacarés e árvores... Nada disso. A conferência tratou de questões fundamentais da existência e uma das partes que mais interessa é, exatamente, o estabelecimento da *AGENDA 21 LOCAL*, infelizmente desprezada (porque desconhecida) por quase todos os políticos brasileiros! É preciso ler o documento, traçar diretrizes, sem as quais não chegaremos a um porto seguro no século 21, tanto em termos de proteção ecológica como de justiça social, habilitação, geração de empregos, saúde, escolaridade, cultura etc.